



Senado acaba com coligações partidárias a partir de 2020

Proposta cria cláusula de desempenho, um percentual mínimo de votos que os partidos deverão alcançar para ter acesso a recursos e horário de TV

O Plenário aprovou ontem proposta de emenda à Constituição que acaba com as coligações nas eleições para deputados e vereadores a partir de 2020 e cria cláusula de desempenho eleitoral para que os partidos tenham acesso ao Fundo Partidário e ao tempo gratuito de propaganda no rádio e televisão.

O texto aprovado pelos senadores foi o modificado pelos deputados, que retiraram a possibilidade de os partidos se unirem em federações e mantiveram a janela partidária, permitindo aos candidatos mudar de legenda seis meses antes das eleições. **3**



Jefferson Rudy/Agência Senado

João Alberto Souza e Eunício Oliveira durante sessão do Plenário na qual os senadores aprovaram proposta que faz parte da reforma política originada no Senado

Para debatedores, população não conhece direitos **8**

TVs dizem que criança em novela não é trabalho **6**

Acordo contra crimes avança no Mercosul **2**

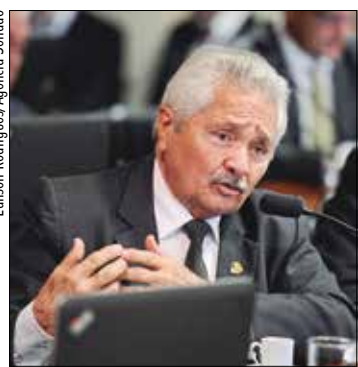
Debate: tumor intestinal deve ter detecção rápida **6**

Incra se queixa de falta de verba para regularizar terras **8**

Criação de fundo de combate à seca segue para a Câmara

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem, em decisão final, a criação de fundo para atender situações de emergência e calamidade pública decorrentes das secas. Com a sigla Fasec, ele será instituído pelo governo, com recursos federais, de organismos internacionais, de instituições, entre outros.

O relator, senador Elmano Férrer, decidiu retirar previsão de aporte anual de R\$ 1 bilhão para evitar problemas de constitucionalidade. **5**



Edilson Rodrigues/Agência Senado
Elmano Férrer em reunião que aprovou seu relatório sobre o Fasec



Marcos Oliveira/Agência Senado

Deputada Geovania de Sá, presidente da comissão da MP 790, e Paulo Rocha, presidente da comissão da MP 789

Estados querem mais royalties de mineradoras

Os governadores do Pará, Simão Jatene, e de Minas Gerais, Fernando Pimentel, defenderam ontem que estados e municípios produtores de minério sejam mais bem remunerados pelos impactos causados pela atividade. Eles participaram de audiência conjunta das comissões que analisam as MPs do novo marco regulatório do setor. **7**

Começa a campanha Outubro Rosa contra o câncer de mama

A campanha Outubro Rosa, contra o câncer de mama, foi lançada ontem com a iluminação do Congresso Nacional. A Procuradoria da Mulher do Senado, em parceria com outros

órgãos, organizará diversos eventos neste mês para alertar a sociedade para a importância da prevenção da doença, que está entre as principais causas de mortes de mulheres de 30 a 69 anos.

A procuradora da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin, diz que cuidar da saúde feminina é manter a sociedade viva



Jane de Araújo/Agência Senado

Senado marca para dia 17 decisão sobre Aécio Neves

A análise do afastamento do senador Aécio Neves do mandato parlamentar, determinado pela Primeira Turma do STF, ficou para o dia 17. O adiamento foi aprovado no Plenário por 50 votos a 21. Para o presidente do Senado, Eunício Oliveira, a nova data dá ao STF a oportunidade de revisar a decisão. **3**

Educação e saúde podem receber mais verbas do pré-sal

Foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos e segue à Câmara projeto que garante mais recursos do petróleo para educação e saúde. Os setores podem passar a receber parte da verba que a empresa que ganhou a licitação paga para começar a explorar a jazida. **5**

Acordo avança contra a criminalidade no Mercosul

Debatedores que participaram de audiência pública ontem apontaram a criação de equipes conjuntas de investigação como peça importante no combate a organizações criminosas no bloco

AUDIÊNCIA PÚBLICA PRO-MOVIDA ontem pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) e a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados apontou a criação de equipes conjuntas de investigação como importante medida no combate às organizações criminosas internacionais.

Os debatedores discutiram o Acordo-Quadro de Cooperação entre os Estados-Partes do Mercosul e Estados Associados que prevê a criação dessas equipes. O documento foi assinado em 2010, em San Juan, na Argentina, e consta da Mensagem 185/2017, do Poder Executivo.

Para André Veras Guimarães, chefe de Divisão de Cooperação Jurídica do Ministério das Relações Exteriores, a tendência internacional é de cada vez mais os países abrirem mão de suas áreas de soberania em busca de objetivos maiores.

— Em um mundo globalizado e da transposição das fronteiras, sobretudo da criminalidade, o instituto das equipes conjuntas é talvez inevitável. Esse tipo de cooperação exige isso — observou o representante do Itamaraty.

Carlos Bruno Ferreira da Silva, secretário de cooperação internacional substituto do Ministério Público Federal, também entende que essa é a realidade atual e uma resposta das forças investigativas



Debatedores: investigação conjunta é importante no combate ao crime

no mundo à criminalidade organizada.

— Desde a alta criminalidade como a de colarinho branco, caso da Lava Jato, como também da realidade que a gente vive no Rio de Janeiro, com o PCC e o Comando Vermelho. O PCC tem ligações com organizações criminosas da África e a Lava Jato já recebeu pedidos de cooperação de mais de 20 países — informou.

Acordos

O representante do Ministério Público também citou os instrumentos de cooperação internacional como extradição, execução de sentenças penais estrangeiras transferência de presos de outros países, interceptação de ligações telefônicas internacionais, e videoconferências. Ele defendeu ainda a realização de acordos de cooperação em áreas fronteiriças, com possibilidade das polícias perseguirem criminosos que ultrapassam a fronteira.

Para os debatedores, a criação de equipes conjuntas de investigação é considerada um grande avanço, com a vantagem da utilização direta da prova por outros países, onde ela não é colhida. O deputado Celso Russomano (PRB-SP), que requereu a audiência pública, destacou que a atuação da CPI do Narcotráfico foi prejudicada pela falta dessas equipes.

— Para buscar o Fernando Beira-Mar, nós tivemos que ir ao presidente do Paraguai — lembrou.

Os representantes do Ministério da Justiça Tácio Muzzi e a delegada da Polícia Federal Sílvia Amélia Fonseca de Oliveira detalharam a atuação das equipes conjuntas de investigação.

O objetivo é reforçar a cooperação em matéria penal entre os países do Mercosul, aprimorando o combate ao crime organizado transnacional, a atos de terrorismo e a outros delitos.

Sancionada lei que parcela dívidas previdenciárias

Foi sancionada lei que parcela o pagamento e concede descontos às dívidas previdenciárias dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A publicação está no Diário Oficial da União de ontem. Foi vetada, no entanto, a revisão dos valores totais das dívidas.

A Lei 13.485/2017 tem origem no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 25/2017 (decorrente da MP 778/2017), aprovado no Senado em 5 de setembro.

O texto autoriza o parcelamento em 200 meses das dívidas junto à Receita Federal e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional vencidas até 30 de abril. A medida vale até mesmo para débitos já inscritos na dívida ativa.

Quando editou a MP, em maio, o governo alegou ser necessário reduzir os litígios administrativos e judiciais,

bem como diminuir o endividamento de prefeituras e governos estaduais com nível de arrecadação em queda por conta da crise econômica. Segundo a Receita Federal, os estados respondem por dívidas previdenciárias que superam os R\$ 14 bilhões. Já os municípios devem mais de R\$ 75 bilhões.

Para ter o benefício, os interessados devem pagar entrada equivalente a 2,4% do valor total da dívida consolidada, sem descontos, em até seis parcelas iguais e sucessivas, de julho a dezembro de 2017.

O restante, 97,6% da dívida, é passível de desconto e deve ser quitado em até 194 parcelas, com vencimento a partir de janeiro de 2018. Haverá desconto de 40% para multas, 25% para honorários advocatícios e 80% para juros.

Foi vetada a revisão dos valores absolutos das dívidas. O presidente Michel Temer retirou da nova lei uma emenda acrescentada na Câmara dos Deputados que previa encontro de contas entre prefeituras e governo federal, que poderia gerar créditos aos municípios.

A emenda vetada, do deputado Herculano Passos (PSD-SP) e proposta pela Confederação Nacional de Municípios, foi acrescida porque algumas prefeituras precisam receber créditos previdenciários. Esses créditos foram gerados por diferentes motivos: compensação entre regimes de previdência, restituição de contribuições patronais incorretas a governantes, montantes prescritos, devolução de valores pagos indevidamente e restituição por conta da redução das dívidas, entre outros.

Movimento LGBTI pede a Eunício a votação de três propostas

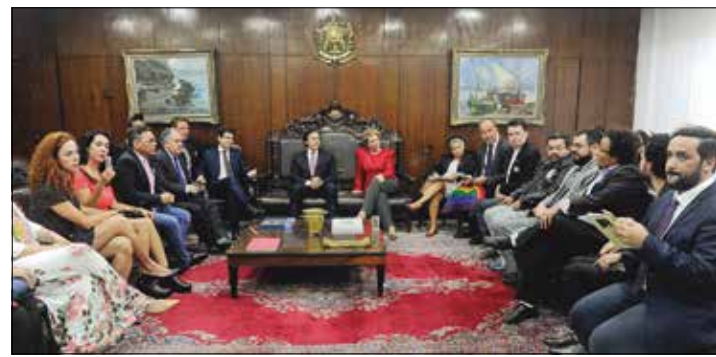
O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu ontem ativistas, representantes de 15 partidos e de organizações de defesa dos direitos de LGBTI, que entregaram a Carta da Diversidade, documento com a agenda que vai dirigir os trabalhos do movimento LGBTI no Congresso.

O grupo defende a aprovação de três projetos: o PLS 658/2011, que reconhece os direitos à identidade de gênero e à troca de nome e sexo nos documentos de

identidade de transexuais; o PLS 612/2011, que reconhece como entidade familiar a união estável entre duas pessoas e prevê que a união estável poderá converter-se em casamento; e o PLS 470/2013, que dispõe sobre o Estatuto das Famílias.

Eunício afirmou que colocará os projetos em votação assim que os parlamentares presentes à reunião acenarem que as propostas têm apoio do Plenário.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado



Eunício Oliveira e Marta Suplicy com membros do movimento LGBTI

Armando Monteiro critica queda de Pernambuco em ranking

Armando Monteiro (PTB-PE) lamentou o fraco desempenho de Pernambuco no ranking de competitividade e condições de vida entre estados brasileiros, elaborado pelo Centro de Liderança Pública em parceria com a Tendências Consultoria e a unidade de



inteligência da revista *The Economist*.

Segundo ele, Pernambuco caiu da 13ª para a 18ª posição. A queda, de acordo com o senador, se deu por causa do retrocesso em competitividade, infraestrutura, educação, capital humano e potencial de mercado.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CCT Verba para fundo científico**
8h30 Entre os 25 itens da pauta, o PLC 201/2015, que destina recursos de loterias para fundo científico.
- CAS Estatuto da Segurança Privada**
9h O substitutivo ao PLS 6/2016, que institui o Estatuto da Segurança Privada, é um dos 12 itens da pauta.
- CDR/CMA Rio Parnaíba**
9h Audiência conjunta interativa para debater revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.
- CPI MISTA DA JBS Depoimento**
9h Advogado Willer Tomaz de Souza.
- CCJ Roubo com explosivos**
10h Na pauta de 37 itens, o PLS 149/2015, que aumenta a pena para crime de roubo com uso de explosivos.
- CE Liberdade religiosa nas escolas**
10h30 Audiência interativa para debater o PLC 130/2009, sobre alunos impossibilitados de comparecer por liberdade de consciência e de crença religiosa.

- CDH Brinquedos para deficientes**
11h O PLS 382/2011, que obriga cota de brinquedos para crianças com deficiência em shoppings, é um dos 10 itens da pauta. Às 14h, audiência interativa para lançamento e apresentação dos resultados da Relatoria Especial de Impacto das Políticas de Austeridade e de Desmonte do Estado sobre os Direitos Humanos.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h A MP 782/2017, sobre a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos ministérios, abre a pauta da ordem do dia.
- DESBUROCRATIZAÇÃO Requerimentos**
14h30 A comissão analisa requerimentos.
- MP 785/2017 Fies**
14h30 A comissão da MP, que trata do novo Fies, vota relatório.
- MP 795/2017 Setor do petróleo**
14h30 A comissão da MP, que muda tributação do setor petrolífero, analisa relatório.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Aprovado fim das coligações a partir de 2020

PEC também cria a cláusula de desempenho, pela qual os partidos devem ter um mínimo de deputados federais para ter acesso a fundo e tempo de TV

O PLENÁRIO APROVOU ontem a proposta de emenda à Constituição que acaba com as coligações para eleições proporcionais para deputados e vereadores a partir de 2020 e cria cláusulas de desempenho eleitoral para que os partidos políticos tenham acesso ao fundo partidário e a tempo gratuito de televisão. A PEC 33/2017 será promulgada pelo Congresso Nacional nos próximos dias.

A proposta foi aprovada em primeiro turno com 62 votos favoráveis e, em segundo turno, com 58 votos a favor. Não houve votos contrários ou abstenções. Os dois turnos de votação em um mesmo dia só foram possíveis porque o Plenário já havia aprovado calendário especial para a PEC mais cedo.

O texto original, aprovado pelos senadores em novembro de 2016 e enviado à Câmara, previa a criação das chamadas federações partidárias, mas esse instrumento foi retirado pelos deputados federais.

Já a janela partidária, que permite a candidatos mudar de legenda seis meses antes



João Alberto Souza e Eunício Oliveira (à mesa) durante sessão em que foi aprovada proposta que muda eleições

da eleição, continua a existir. A extinção dessa janela, prevista na proposta do Senado, também foi rejeitada pela Câmara.

Coligações

Pela regra que acaba com as coligações partidárias em eleições proporcionais, os partidos não poderão mais se coligar na disputa para deputados (federais, estaduais e distritais) e vereadores. Para 2018, as coligações estão liberadas.

A intenção é acabar com o chamado efeito Tiririca, pelo qual a votação expressiva de um candidato ajuda a eleger outros do grupo de partidos que se uniram. Na prática, parlamentares de legendas

diferentes, com votação reduzida, acabam eleitos devido ao desempenho do chamado puxador de votos. O deputado federal Tiririca (PR-SP), reeleito em 2014 com mais de 1 milhão de votos, puxou mais cinco candidatos para a Câmara.

Desempenho

Para restringir o acesso dos partidos a recursos do Fundo Partidário e ao tempo de rádio e TV, a proposta cria uma espécie de cláusula de desempenho.

Para as eleições de 2018, não haverá restrições de acesso, continuando as regras atuais, definidas em lei. Na legislatura seguinte às eleições

de 2018 (2019-2023), o que inclui as eleições de 2022, o acesso ao fundo e ao tempo de propaganda dependerá de o partido ter obtido 1,5% dos votos válidos, no pleito de 2018 para a Câmara dos Deputados, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação (nove unidades), com um mínimo de 1% dos votos válidos em cada uma delas. Se não conseguir cumprir esse parâmetro, o partido poderá ter acesso também se tiver eleito pelo menos nove deputados federais, distribuídos em um mínimo de nove unidades da Federação.

Durante os quatro anos seguintes às eleições de 2022

(legislatura de 2023-2027), terão acesso aqueles com 2% dos votos válidos obtidos nacionalmente para deputado federal em um terço das unidades da Federação nessas eleições, sendo um mínimo de 1% em cada uma delas; ou tiverem eleito pelo menos 11 deputados federais distribuídos em nove unidades.

Na última transição, para ter acesso ao fundo e ao tempo de propaganda na legislatura de 2027-2031, o partido deverá obter 2,5% dos votos válidos nas eleições de 2026 para a Câmara, distribuídos em nove unidades da Federação, com um mínimo de 1,5% de votos em cada uma delas. De modo alternativo, poderá eleger um mínimo de 13 deputados em um terço das unidades.

Nas eleições de 2030, a cláusula de desempenho imposta para todas as legislaturas seguintes sobe para um mínimo de 3% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com 2% dos votos válidos em cada uma delas. Se não conseguir cumprir esse requisito, a legenda poderá ter acesso também se tiver eleito pelo menos 15 deputados distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

Com Agência Câmara

Decisão do Plenário sobre afastamento de Aécio Neves é adiada para o dia 17

O Plenário adiou de ontem para o dia 17 a análise da decisão do Supremo Tribunal Federal de afastar o senador Aécio Neves (PSDB-MG) do mandato. Foram 50 votos pelo adiamento e 21 contra.

Foram apresentados quatro requerimentos para adiar a votação. Um deles, de Lídice da Mata (PSB-BA), pedia que o caso fosse submetido à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de ser decidido pelo Plenário.

Apresentaram requerimentos para remarcar a decisão para o dia 17 Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Lindbergh Farias (PT-RJ), Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e José Pimentel (PT-CE) — estes dois últimos apresentaram um único requerimento. O argumento é o de

que o STF marcou para o dia 11 um julgamento que pode definir se o Senado tem competência para rever a decisão sobre Aécio.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, não recebeu o requerimento de Lídice porque o regime de urgência impede que a proposta seja enviada a uma comissão.

Eunício optou pela votação do requerimento de Valadares e considerou os outros dois como apoios ao principal. Ele ainda decidiu pela votação nominal registrada no painel.

— Com a decisão do Plenário, daremos ao STF a oportunidade de revisar a decisão de uma de suas turmas — declarou, destacando a importância da harmonia e independência entre os Poderes.

Valadares destacou que a marcação da sessão para o dia 11 é uma atitude de respeito do Supremo com o Senado. Para ele, o adiamento da votação sobre o ofício também mostra o respeito do Senado ao STF.

Jader Barbalho (PMDB-PA) classificou de “absurdo” o posicionamento da 1ª Turma do STF e destacou que os senadores são legitimados pelo povo.

Renan Calheiros (PMDB-AL) argumentou que o Regimento Interno do Senado impede o adiamento de propostas em regime de urgência. Para Roberto Requião (PMDB-PR), o adiamento “não se justifica”.

Paulo Bauer (PSDB-SC) afirmou que sua defesa do mandato de Aécio vai “além da cor partidária e alcança a defesa da Constituição”.

Antonio Anastasia (PSDB-MG) defendeu a legitimidade do Senado para analisar a medida cautelar do STF. Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Humberto Costa (PT-PE) disseram que não é adequada a decisão do Supremo de afastar um senador sem aprovação do Senado.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disse que não cabe ao Senado relaxar medidas cautelares judiciais diferentes da prisão.

João Capiberibe (PSB-AP),

Senadores precisam enfrentar arbitrariedades e mentiras, afirma Jucá

Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou que a decisão do Senado sobre o afastamento ou não de Aécio Neves determinará comportamentos futuros dos três Poderes. Ele disse que, hoje, tentar destruir as pessoas dá poder e que os senadores devem enfrentar o que é arbitrário e mentiroso.

— Está se perdendo o respeito pela vida, pela imagem. Tudo virou circo, algo que tem de passar no *Jornal Nacional*.

Otto Alencar (PSD-BA), Cristovam Buarque (PPS-DF), Kátia Abreu (PMDB-TO), Jorge Viana (PT-AC) e Alvaro Dias (Pode-PR) apoiaram o adiamento.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) sugeriu à Mesa rejeitar os pedidos de adiamento para o dia 17, por questão regimental, mas defendeu o adiamento para o dia 11 — data da reunião do STF. Lasier Martins (PSD-RS) ressaltou que o arquivamento do processo contra Aécio no Conselho de Ética foi um erro.

Para Simone, decisão do STF causou desequilíbrio entre Poderes

Simone Tebet (PMDB-MS) criticou a decisão da 1ª Turma do STF que determinou o afastamento de Aécio Neves. Apesar de considerar que o caso faz parte do processo democrático, a senadora avaliou que a divergência de posicionamentos levou uma instituição a invadir a competência da outra, gerando desequilíbrio nos preceitos estabelecidos pela Constituição.

Adiamento foi melhor saída para democracia, diz Eunício

Após o Plenário adiar a votação do ofício do Supremo Tribunal Federal com as medidas cautelares contra Aécio Neves, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse acreditar que a posição da Casa foi “a melhor saída para a democracia”.

— Eu estou rouco de tanto dialogar com esta Casa, com os membros desta Casa e com

a presidente do outro Poder [ministra Carmen Lúcia, do STF]. Eu defendo a independência dos Poderes. Eles são independentes, mas harmônicos entre si. Essa harmonia significa conversa, discussão e diálogo.

Para Eunício, é preciso aguardar o andamento da discussão com serenidade. Ele disse

acreditar que o STF, ao julgar a ação que define se o Congresso pode ou não decidir sobre medidas cautelares tomadas pela Justiça contra parlamentares, vai confirmar o que diz a Constituição, que define as funções do Legislativo, do Executivo e do Judiciário.

— Não há democracia sem harmonia entre os Poderes.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ex-presidente diz que BNDES lucrou com a JBS

Em depoimento à CPI mista que investiga o banco estatal de fomento, Luciano Coutinho negou acusações de favorecimento à empresa em troca de propina a políticos

O ECONOMISTA LUCIANO Coutinho, ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), negou ontem à CPI mista da JBS que as operações com a empresa tenham causado prejuízo ao banco. Ele também negou ter recebido dos ex-ministros da Fazenda Antonio Palocci e Guido Mantega pedidos para favorecer o grupo ou ter sido informado sobre pagamento de propina em troca dos aportes de R\$ 8,1 bilhões feitos pela BNDESPar, a empresa de participações acionárias do banco.

— Tive pouquíssimos contatos com Palocci e jamais tratei com ele sobre qualquer contribuição política ou assunto vinculado a qualquer

projeto do banco e também nunca recebi nenhum pedido indevido do ministro Guido.

O ex-presidente do banco deixou os integrantes da comissão insatisfeitos com as explicações técnicas para operações que, segundo os controladores do grupo, os empresários Joesley e Wesley Batista, teriam motivado o pagamento de propina a agentes políticos.

— Essas explicações me lembram as dos ex-presidentes da Petrobras Graça Foster e José Sérgio Gabrielli, que, em uma CPI da Câmara, disseram que tudo corria de maneira regular na empresa — disse o deputado Delegado Francischini (SD-PR), um dos sub-relatores da comissão.



Ataídes (C) confrontou Coutinho (D) com auditoria de técnicos do TCU

Francischini questionou Coutinho a respeito do resultado de uma auditoria do Tribunal de Contas da União que apontou irregularidades em operações da BNDESPar para a aquisição, pelo grupo JBS, de empresas estrangeiras, parte da estratégia de inter-

nacionalização do grupo. Os técnicos do TCU apontaram aprovação em tempo recorde, de menos de um mês, para essas operações complexas, a partir de 2007.

— O que aconteceu é que as negociações eram feitas sigilosamente durante meses,

para não afetar os preços de ações nas bolsas de valores e só registrados quando estava tudo certo — respondeu Luciano Coutinho.

Integrantes da CPI, como o presidente da comissão, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), lembraram que os próprios controladores do grupo JBS, Wesley e Joesley Batista, admitiram ter efetuado pagamento de propina em troca de financiamentos do BNDES.

— Foram R\$ 400 milhões apenas em doações oficiais nas últimas duas campanhas eleitorais, a de 2010 e de 2014. Esses milhões saíram da sociedade — disse o senador Ataídes.

Da Agência Câmara

Texto que altera regras do Fies pode ser votado hoje

A medida provisória que reformula o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) recebeu parecer favorável ontem na comissão mista que a analisa. A previsão é de que o parecer seja votado hoje.

O relatório do deputado Alex Canziani (PTB-PR) à MP 785/2017 aumentou para R\$ 3 bilhões o aporte de recursos do Tesouro Nacional ao programa e abriu a possibilidade de resgate do FGTS para quitar o financiamento estudantil

próprio ou de dependentes.

Canziani destacou que outra alteração feita é a flexibilização do prazo de carência de acordo com a realidade do estudante.

— Durante o período em que estiver estudando, ele vai pagar uma pequena parcela, como já pagava anteriormente. A partir de formado, se não tiver renda, ele vai pagar uma parte, menos do que ele pagou durante o curso. Agora, se ele tiver renda depois de formado, por que não passar a pagar?

A relatora-revisora, Lúcia Vânia (PSB-GO), afirmou ser preciso rever a possibilidade de que o Fies também financie cursos de pós-graduação e de formação técnica e profissional, por meio da modalidade Fies-Trabalhador.

— Minha preocupação é com a limitação de recursos para expansão do Fies para outras áreas que não o ensino superior — afirmou.

Além de três novas modalidades de crédito, a medida criou o Comitê Gestor do Fies. Serão até 100 mil vagas para estudantes com até três salários mínimos per capita. Já os que têm renda entre três e cinco salários mínimos e moram nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste contarão com 150 mil vagas, enquanto os das demais regiões ficarão com 60 mil.

Comissão mista aprova MP que cria fundo para infraestrutura

Foi aprovada ontem pela comissão mista a medida provisória que cria um fundo de R\$ 180 milhões com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para apoiar a elaboração de projetos de infraestrutura. A MP 786/2017 foi aprovada na forma de projeto de lei de conversão e segue para votação nos Plenários da Câmara e do Senado.

Apresentado pelo relator, Elmano Férrer (PMDB-PI), o projeto de lei de conversão autoriza a União a participar de fundo que tenha por finalidade exclusiva financiar serviços técnicos profissionais especializados, com vistas a apoiar a estruturação e o desenvolvimento de projetos de concessão e parcerias pú-

blico-privadas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, em regime isolado ou consorciado, até o limite de R\$ 180 milhões. Até 40% dos recursos deverão ser preferencialmente utilizados em projetos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O fundo será administrado por instituição financeira controlada direta ou indiretamente pela União e funcionará sob o regime de cotas, que poderão ser adquiridas por pessoas jurídicas de direito público e pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, estatais ou não estatais. O texto veda a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 10 milhões.



Lúcia Vânia, Dalírio Beber, presidente da comissão, e Alex Canziani, relator

Viana lamenta suicídio de reitor de universidade de SC

O suicídio do ex-reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Luiz Carlos Cancellier, é resultado dos atuais tempos de uma sociedade embrutecida, disse ontem Jorge Viana (PT-AC). Para ele, Cancellier foi vítima de uma “ação espetacular” da Polícia Federal em nome de um falso moralismo do combate à corrupção. O reitor estava afastado de suas funções e era investigado pelo suposto desvio de verbas destinadas a bolsas de estudo.

— Foram lá e destruíram a vida dele e de outros colegas. Sem provas. A acusação é de 2006. Ele começou a trabalhar em 2016 — afirmou Viana.

Morte de Cancellier é morte de direitos, diz Fátima Bezerra

Fátima Bezerra (PT-RN) comentou o suicídio do reitor afastado da Universidade Federal de Santa Catarina, Luiz Carlos Cancellier. Ela enalteceu o reitor pela carreira acadêmica e abertura ao diálogo e sublinhou o sentimento de indignação que sua morte causou na comunidade educacional. Para a senadora, ele foi preso e afastado do cargo como vítima de um clima de “autoritarismo policial e jurídico” que não cabe num regime democrático.

— A morte de Cancellier, simboliza a morte dos direitos de todos nós — afirmou.

Gleisi Hoffmann critica prisões pela Polícia Federal

Gleisi Hoffmann (PT-PR) cobrou explicações da Polícia Federal sobre prisão de pessoas investigadas. Segundo ela, os recentes casos de prisão têm intuito de humilhar, com ampla cobertura da imprensa, ferem o princípio da presunção de inocência e o direito de defesa do acusado. Para Gleisi, foi esse o caso do reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Luiz Carlos Cancellier, que foi preso em investigação que apurava se ele participava de esquema para desviar dinheiro da instituição e cometeu suicídio ontem.

Raupp destaca recuperação da economia

Valdir Raupp (PMDB-RO) destacou reportagens que mostram o país saindo da recessão e a retomada da atividade econômica. O senador disse que 46% dos produtos industriais brasileiros mostram crescimento. Mas alertou para os gargalos da produção nacional, como a baixa produtividade do Brasil em relação aos vizinhos latino-americanos.

— O certo é que ainda há muito o que fazer para recuperarmos o ritmo de crescimento verificado em décadas recentes.

Novo Refis estimula sonegação, afirma Paulo Paim

Paulo Paim (PT-RS) criticou proposta em análise na Câmara que trata de novo refinanciamento de dívidas, na maioria de empresários, com a Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Paim disse que a dívida chega a R\$ 1 trilhão e ressaltou que muitos desses débitos são do caixa que garante o pagamento de aposentadorias e pensões.

— A proposta de um novo Refis foi convertida em luxuoso presente aos sonegadores. Mais um estímulo ao calote fiscal. Não pague porque depois o Congresso te perdoa — disse.

Criação de fundo para combater a seca no Nordeste segue para Câmara

Proposta aprovada em comissão prevê recursos para a compra de materiais em situações de emergência provocadas pela estiagem

O ENFRENTAMENTO REGULAR dos efeitos das estiagens que historicamente castigam o Nordeste pode passar a contar com o suporte de fundo específico de recursos. A criação do Fundo de Atendimento às Situações de Emergência e de Calamidade Pública Decorrentes de Secas (Fasec) é prevista em projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O PLS 791/2015, do senador José Agripino (DEM-RN), recebeu decisão terminativa e deve ser encaminhado diretamente para a Câmara dos Deputados se não houver recurso para análise do Plenário do Senado. O relatório foi elaborado por Elmano Férrer (PMDB-PI) e lido na reunião por Simone Tebet (PMDB-MT).

O Fasec deverá ser criado pelo governo federal e gerido por um conselho deliberativo com apoio do órgão que ex-



Elmano explica relatório, ao lado de Cristovam (4º à esq.) e Simone

cuta a Política Nacional de Defesa Civil. O conselho terá também representantes do Senado, da Câmara, dos estados e municípios da região.

A ideia é que o Fasec seja um fundo de natureza contábil, constituído com recursos do Tesouro Nacional, doações, legados, subvenções e auxílios de entidades, inclusive de organismos internacionais.

Os recursos do fundo não poderão ser usados para despesas de manutenção administrativa. Só será permitida, pela proposta, a aquisição ou locação de equipamentos e bens necessários ao atendi-

mento das situações de emergência e calamidade pública.

Orçamento

O saldo dos recursos não aplicados poderá ser destinado, no ano seguinte, à construção de reservatórios de água, sistemas de captação de água e adutoras ou ser mantido como reserva para atendimento a futuras situações de emergência decorrentes das secas.

Originalmente, o projeto pretendia assegurar ao Fasec, em cada ano, a quantia de R\$ 1 bilhão. Apesar de ter mantido a previsão no relatório que defendeu na Comissão

de Desenvolvimento Regional (CDR), Elmano optou por excluí-la na CAE. Levou em conta a possibilidade de questionamento da constitucionalidade da proposta, já que iniciativa em matéria orçamentária cabe apenas ao chefe do Poder Executivo.

Cristovam Buarque (PPS-DF) declarou voto favorável, mas afirmou que a solução para o problema das secas depende de solução nova: transformar o Nordeste num centro de alta tecnologia, que não vai precisar de chuva em quantidade, mas de "cérebros".

No debate, Elmano lamentou o desmantelamento de órgãos como a Sudene que tinham por missão definir estratégias para o desenvolvimento regional. Otto Alencar (PSD-BA) afirmou que soluções para o problema da seca envolvem ainda medidas de recuperação ambiental, como o reflorestamento e a dessalinização da água. O presidente da CAE, Tasso Jereissati (PSDB-CE), disse que a comissão fará audiência, neste mês, para debater a atual crise hídrica no Nordeste.

RÁPIDAS

AUTORIZADOS CRÉDITOS PARA FORTALEZA E CAXIAS DO SUL

O Plenário do Senado autorizou ontem duas operações de crédito pelos municípios de Fortaleza e de Caxias do Sul (RS). Os recursos serão utilizados em programas de saúde e em projetos de infraestrutura. Os textos, que haviam sido aprovados ontem mesmo pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), vão agora à promulgação. A capital do Ceará poderá contratar até US\$ 65,4 milhões com o BID. O município gaúcho poderá ter até US\$ 33 milhões de crédito com a Corporação Andina de Fomento.

MAIS INFORMAÇÕES EM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

Consumidores que adquirirem títulos de capitalização deverão ter mais informações sobre características do investimento, como a probabilidade de os títulos serem contemplados no sorteio de prêmios. A exigência está no PLS 115/2016, de Paulo Paim (PT-RS), aprovado ontem pela CAE. Se não houver recurso para análise do Plenário do Senado, a proposta segue para a Câmara dos Deputados.

RETER SENHA DO CONSUMIDOR PODE SER PRÁTICA ABUSIVA

A proposta que garante ao consumidor a restituição de senhas ou documentos comprobatórios do horário de chegada ao local de atendimento foi aprovada ontem pela CAE. O PLS 545/2013, de Vicentinho Alves (PR-TO), foi aprovado de forma simbólica e segue agora para análise da Comissão de Meio Ambiente (CMA), que vai se posicionar de forma terminativa.

Comissão aprova recursos do petróleo para saúde e educação

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que garante novos recursos do petróleo para as áreas de saúde e educação. Os dois setores podem passar a receber também parte dos recursos dos bônus de assinatura, valores que a empresa vencedora de uma licitação paga à União, antes de começar a explorar uma jazida.

O PLS 280/2013 é terminativo e seguirá para a Câmara se não houver recurso para vo-

tação no Plenário do Senado.

A proposta foi apresentada em conjunto pelos senadores Cristovam Buarque (PPS-DF) e Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

O texto altera a Lei 12.351/2010, que cria o Fundo Social, abastecido com recursos da exploração do pré-sal que cabem à União, como royalties e participações especiais. Pela lei, 50% das receitas totais do fundo devem ir para educação e saúde.

Originalmente, o PLS 280/2013 determinava a trans-

ferência integral dos bônus de assinatura para o fundo, regra aplicável aos contratos de exploração do pré-sal assinados no regime de partilha.

Transferência

O relator na CAE, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), manteve a transferência integral, mas com uma ressalva: fica fora do repasse o valor destinado à empresa Pré-Sal Petróleo, criada em 2013 para gerir os contratos de partilha.

Mesmo já havendo na Lei

12.351/2010 a previsão para que metade do dinheiro do Fundo Social seja aplicado nas áreas de educação e saúde pública, o projeto também detalha esse ponto.

No caso da educação, que fica com 75% do bolo destinado aos dois setores, o texto determina que o dinheiro atenda apenas o ensino básico.

"O Brasil gasta muito pouco na educação básica, comparativamente à educação superior", justifica Raupp no relatório.

Avança proposta que facilita pagamento de boletos vencidos

Os boletos vencidos poderão ser pagos em qualquer instituição bancária, e não somente no banco que os emitiu, como ocorre hoje. A determinação consta no PLS 138/2009, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Como o texto aprovado é um substitutivo do relator, Dalírio Beber (PSDB-SC), com mudanças no projeto original, terá que passar por turno suplementar de análise na CAE.

Pela proposta, os bancos emissores do boleto, mesmo vencido, ficam obrigados a

oferecer aos consumidores a possibilidade de pagamento em qualquer instituição financeira e em quaisquer dos canais de atendimento da rede bancária, como agências, terminais eletrônicos, telefones celulares e internet. Os bancos terão 180 dias, após a sanção da lei, para se ajustar.

O relator eliminou a obrigatoriedade de os bancos emissores oferecerem a segunda via atualizada do boleto. Para isso, ele apostou na conclusão da plataforma que já está sendo preparada pelo sistema financeiro e que promete modernizar a cobrança do boleto.

Projeto propõe limite de renda para esportista receber Bolsa-Atleta

O acesso ao programa Bolsa-Atleta poderá ficar restrito a esportistas de alto rendimento das modalidades olímpicas e paralímpicas que, na soma dos rendimentos, ganhem até 360 salários mínimos por ano (R\$ 340 mil). O limite é estabelecido no PLS 709/2015, de Romário (Pode-RJ), aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O texto adotado foi o substitutivo proposto pela relatora, Regina Souza (PT-PI). Por isso, a proposta terá exame suplementar na CAE. Como tramita de forma terminativa, o projeto pode ser enviado direto

à Câmara, sem ir ao Plenário do Senado.

O relatório de Regina sistematiza emendas aprovadas antes pela Comissão de Educação. Uma delas limita o acesso do atleta a outras fontes de auxílio público para estimular os esportes de alto rendimento. O projeto muda também regra de ingresso no Atleta Pódio, categoria mais elevada de patrocínio, destinada a quem tem chances de medalha nas competições olímpicas. O autor sugeriu o fim da exigência de prévia indicação do esportista pelas entidades de administração das modalidades.

RESTITUIÇÃO PARA EMPRESA QUE CONTRATA MÃO DE OBRA

A CAE aprovou ontem a fixação de prazo máximo de 90 dias para a restituição de valores recolhidos à Receita e não compensados pelas empresas cedentes de mão de obra. O prazo está previsto no PLS 471/2011, de Fernando Collor (PTC-AL). A regra é válida para as empresas que contratam mão de obra terceirizada, que são obrigadas a recolher antecipadamente 11% sobre o valor da nota fiscal.

PODE MUDAR PRAZO PARA GOVERNO ALTERAR META FISCAL

Foi aprovada pela CAE ontem emenda de Plenário a projeto que trata de prazo para alteração da meta fiscal, com fixação do final do terceiro semestre financeiro, que se esgota em setembro, como limite para que o governo proponha ao Congresso redução do superávit ou aumento do déficit. Agora o PLS 165/2015 — Complementar, do senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), voltará ao Plenário para decisão final. O autor da emenda é Romero Jucá (PMDB-RR).

ANTT EXPLICARÁ QUEBRA DE CONTRATO EM CONCESSÃO

A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou ontem audiência com o diretor-presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Jorge Bastos. Ele deve explicar as medidas que o órgão vai tomar pela quebra contratual da Eco101, responsável pela concessão da BR-101 no Espírito Santo. A empresa deveria duplicar 224 dos 457 quilômetros da rodovia em território capixaba até maio de 2018. Porém, disse Ricardo Ferraço (PSDB-ES), ela não cumpriu o compromisso.



A pesquisadora da USP Sandra Regina Cavalcante fala na audiência, conduzida pela senadora Marta Suplicy (C)

Atuação de crianças na TV não é trabalho, diz entidade

Empresas defenderam projeto que regulamenta atuação de crianças e adolescentes como atores, atletas e modelos. Auditora do Trabalho disse que atuação infantil precisa ter autorização judicial

PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS e adolescentes em produções artísticas é trabalho ou “expressão de habilidades”? Essa foi a principal discordância entre os especialistas que participaram ontem de audiência da Comissão de Direitos Humanos.

A audiência se baseou no PLS 231/2015, de Valdir Raupp (PMDB-RO), que regulamenta a atuação de menores de 14 anos como atores, atletas e modelos. A Constituição proíbe o trabalho nessa idade.

O procurador do Trabalho Rafael Dias Marques lembrou que a atividade de crianças em novelas e filmes é remunerada e não pode ser confundida com apresentações escolares, por exemplo. Segundo o procurador, apesar de a Constituição proibir o trabalho de menores de 16 anos, uma convenção da Organização Internacional do Trabalho autoriza o trabalho artístico em caráter excepcional, em situações autorizadas individualmente.

Na opinião do procurador, o que deve balizar o projeto, além dessas normas, é o interesse da criança ou adolescente, e nunca o interesse econômico.

A pesquisadora Sandra Regina Cavalcante, da USP, salien-

tou que o trabalho de crianças nessas produções é estressante e requer decorar e treinar falas, marcar cenas e gravá-las várias vezes. Para ela, não há dúvida de que é trabalho.

Para a representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, Alice Voronoff, a atividade artística de crianças e adolescentes não deve ser vista como trabalho.

— A Constituição diz que é um direito de todos, inclusive das crianças, a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença, de modo que a manifestação de menores em participações artísticas e desportivas, antes de ser trabalho, é um desenvolvimento de sua personalidade.

Decisão da família

Ela lembrou que a questão já está sendo tratada pelo STF. Em liminar, o ministro Marco Aurélio determinou que os pedidos de autorização de trabalho artístico para crianças e adolescentes sejam analisados pela Justiça comum. Uma ação da Abert questionava a competência da Justiça do Trabalho para conceder a autorização.

Alice defendeu a parte do

texto que condiciona a participação das crianças nas produções artísticas à autorização dos pais. Para os menores de 14 anos, o texto torna obrigatória a presença de um dos pais no local da atividade.

Marinalva Cardoso Dantas, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, argumentou que, caso o poder de decidir acerca da participação das crianças seja apenas das famílias, podem se multiplicar crianças fazendo apresentações em semáforos. Para ela, o texto erra ao dispensar a autorização judicial.

A representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Katleem Marla Pires de Lima, disse que é preciso ampliar a participação do Estado na regulamentação.

— Uma família não tem condição econômica nem poder de fazer frente ao poderio da indústria cinematográfica, televisiva, midiática e publicitária. Ela vai ficar vulnerável e aceitar as condições impostas.

A relatora, Marta Suplicy (PMDB-SP), concorda que muitas famílias dependem do pagamento e que há a possibilidade de aceitarem condições contrárias ao interesse da criança.

Livro dos Heróis da Pátria pode ter fundador do Ceará

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 70/2017, que inscreve o nome de Martim Soares Moreno no *Livro dos*

Heróis da Pátria.

Nascido na cidade de Santiago do Cacém, em Portugal, por volta de 1586, Martim Soares Moreno é considerado o fundador do estado do Ceará.

O militar português participou da resistência contra a invasão dos franceses no Maranhão e esteve na linha de frente na luta armada contra os holandeses no Recife e em Olinda.

Câncer intestinal é um dos que mais matam, diz especialista

O diagnóstico precoce e o início rápido do tratamento aumentam as chances de cura do câncer de intestino. O alerta foi feito por especialistas em audiência ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A iniciativa foi de Ana Amélia (PP-RS), relatora do projeto transformado na Lei 12.732/2012, que garante a pacientes diagnosticados com câncer o início do tratamento pelo SUS em até 60 dias.

Segundo o Instituto Nacional de Câncer, em 2016 foram registrados no Brasil quase 17 mil novos casos de câncer de cólon e reto em homens e quase 18 mil em mulheres. Ele é o segundo tipo da doença que mais mata mulheres e o terceiro que atinge os homens no país. A presidente da CAS, Marta Suplicy (PMDB-SP),

ressaltou que pouco se fala do problema.

— Há preconceito, porque mesmo com a campanha do Outubro Rosa, ninguém fala desse tipo de câncer. E isso (o silêncio) acaba deixando a doença com um dos maiores índices de mortalidade — declarou a senadora.

A representante da Sociedade Brasileira de Coloproctologia, Marlise Cerato, informou sobre possíveis causas da doença e sugeriu campanhas informativas.

— O câncer colorretal é doença silenciosa, levando de 10 a 15 anos para aparecer. Não ter sintomas não significa não ter câncer. Aumentam a sua incidência a gordura saturada animal, a carne vermelha, que libera radicais livres e agentes pró-oxidantes, o álcool, a obesidade, o tabagismo e a história familiar.



Ao lado de especialistas, Ana Amélia fala em audiência na CAS

Conceito de educação ao longo da vida deve constar da LDB

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) pode passar a prever o conceito de educação e aprendizagem ao longo da vida, inserido como direito no contexto da educação de jovens e adultos (EJA) e da educação especial. A inovação consta do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 75/2017, aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Do deputado federal Eduardo Barbosa (PSDB-MG), o projeto inclui o direito à educação e aprendizagem ao longo da vida como um dos princípios norteadores

do ensino brasileiro.

Na sequência, o projeto estabelece que a EJA constitui um instrumento para a educação ao longo da vida para quem não teve acesso aos estudos no tempo certo. Por fim, determina que o dever do Estado em garantir a educação especial na primeira infância (zero a 6 anos) se estenda ao longo da vida para as pessoas com deficiência, em todos os níveis e modalidades de ensino.

A proposta, que recebeu parecer pela aprovação, com uma emenda do relator, Cristovam Buarque (PPS-DF), segue agora para o Plenário.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário:
 Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,
 Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Em audiência, governadores defenderam fundo especial, com recursos das empresas, para ser aplicado no desenvolvimento regional, amenizando impacto do fim dos minérios

Estados querem mais dinheiro de mineradoras

OS ESTADOS E os municípios produtores de minério precisam ser mais bem recompensados pelos impactos causados pela atividade, defenderam ontem os governadores de Minas Gerais, Fernando Pimentel, e do Pará, Simão Jatene, numa audiência das comissões mistas encarregadas de analisar as Medidas Provisórias (MPs) 789/2017 e 790/2017, que fazem parte do novo marco regulatório definido pelo governo para o setor.

Pimentel e Jatene defenderam a unificação em 4% da alíquota da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), o royalty cobrado das empresas que atuam no setor.

A MP 789 estabelece que as alíquotas terão variação entre 0,2% e 4%, dependendo do tipo de minério, e passarão a incidir sobre a receita bruta, e não mais sobre a receita líquida.

Deputados e senadores sinalizaram apoiar a mudança sugerida pelos governadores.

Também ganhou força entre os parlamentares a criação de um fundo que destine investimentos às cidades afetadas pela exploração dos minérios, inclusive aquelas que ficam no entorno de jazidas e barragens.

— O acréscimo da arrecadação com o aumento das

alíquotas geraria um fundo de desenvolvimento regional com gestão de estados e municípios. Haveria regionalmente, não só localmente, a possibilidade de criar bases para uma nova economia no pós-mineração — defendeu Jatene.

Além de aumentar a arrecadação, a unificação da alíquota em 4% simplificará a fiscalização, observou Pimentel.

— Isto é o mais urgente: uma Cfem que de fato remunere e dê certo conforto a estados e municípios.

Para o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a elevação da alíquota não afetará a competitividade do Brasil. Ele e outros parlamentares observaram que vários países já aplicam alíquotas de até 5%:

— Queremos aumentar a competitividade e atender aos brasileiros que estão nas áreas impactadas — disse Flexa.

Também faz parte do pacote de medidas do governo para o setor de mineração a MP 791/2017. Segundo o Executivo, o objetivo é atrair novos investimentos, aumentar a arrecadação e gerar empregos.

O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, defendeu mudanças nas MPs para assegurar a proteção do meio ambiente e prever punições mais rigorosas para empresas



Ministro Coelho Filho, deputado Pestana, senadores Paulo Rocha e Flexa e ministro Sarney Filho em audiência

que desrespeitem a lei.

— Depois do que aconteceu em Mariana [MG], temos que tomar cuidados redobrados. Se as MPs forem aprovadas como estão, sem garantias socioambientais, é possível que tragédias como essa se repitam.

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, observou que a mineração é hoje responsável por 4% do PIB do país, mas 96% da mineração é de superfície — a atividade é pouco explorada no subsolo:

— Queremos explorar nosso potencial mineral. Temos condições de seguir esse caminho ou tomar a decisão de não seguir nesse caminho.

Para empresas, novas alíquotas vão colocar atividade em risco

A comissão mista que analisa a MP 789/2017, sobre o aumento da Cfem, ouviu ontem representantes de diversas áreas da indústria mineral para falar sobre os impactos da proposta. A MP aumenta os royalties pagos aos municípios onde há exploração.

De acordo com empresários do setor, os valores de contribuição apresentados no texto podem acabar com a indústria da mineração em determinadas cidades.

Eles discordam da cobrança de até 4% sobre a receita bruta das empresas de mineração como compensação. Hoje o tributo é de até 3% e é cobrado sobre a receita líquida das empresas.

O relator do texto, deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), afirmou que a diferenciação das atividades mineradoras serão levadas em conta.

— É preciso combinar a justiça e a compensação devida aos municípios e estados mineradores. Todos haverão de reconhecer que é uma atividade que tem peculiaridades, é agressiva ao meio ambiente e requer salvaguardas.

Especialistas dizem que país deve investir mais em tecnologia

A falta de renovação em tecnologia, legislação e investimentos na prospecção está prejudicando a descoberta de novas reservas minerais, afirmaram especialistas. A crise da pesquisa mineral foi debatida na comissão mista que analisa a MP 790/2017.

Em 2016, houve uma queda de mais de 90% na pesquisa em novos campos minerais no Brasil em relação a 2012.

Segundo João Luiz de Carvalho, da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral, o país não pode ficar parado diante da crise.

— Além da crise das commodities minerais, tivemos o advento do que veio a ser a não regulamentação, a falta de segurança jurídica e clareza do marco regulatório mineral.

Segundo Miguel Cedraz Nery, da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, o Brasil atrai 3% de tudo o que é investido em pesquisa mineral no mundo, que depende de investimento tecnológico.

— Não adianta descobrir jazida e achar que o minério vai brotar.

O relator é Flexa Ribeiro.

Parecer sobre agência de mineração deve sair em outubro

O relatório da Medida Provisória 791/2017, que extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral e cria a Agência Nacional de Mineração, deve ficar pronto no fim

de outubro. A intenção é votar a MP em novembro, juntamente com as MPs 789 e 790.

O relator, deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), se disse preocupado com os

prazos e pediu a colaboração dos convidados para o relatório final.

— Dever de casa para vocês: preparem uma nota técnica para subsidiar os trabalhos da comissão.

O presidente da comissão que analisa a MP 791, senador Lasier Martins (PSD-RS), destacou o esforço dos parlamentares, que estão trabalhando para que as três MPs sejam analisadas em conjunto, criando um marco legal moderno para a área da mineração.



Lasier (C) ressaltou o esforço dos parlamentares para votar as três MPs

Reduzir emissão de carbono custa caro, dizem especialistas

O cenário atual da emissão de carbono e as alternativas de economia de baixo carbono para diminuição dos impactos climáticos em nível mundial foram tema de debate ontem na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC).

Em relação aos custos para redução de carbono, o secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Alfredo Sirkis, estimou que seriam necessários, anualmente, US\$ 3 trilhões em ações direcionadas.

— É preciso energias limpas, enormes reflorestamentos, mais biocombustíveis, novos procedimentos industriais. Mas como isso será financiado?

Ex-deputado e ex-presidente da CMMC, Sirkis enumerou possíveis soluções para o financiamento de ações de baixo carbono, entre elas a criação de taxas sobre o carbono e a “precificação positiva”, uma remuneração por projetos que removam o carbono da atmosfera.

A gerente de Relações Institucionais da Associação Brasileira da Indústria Química, Marina Mattar, apresentou dados da emissão brasileira de carbono e as contribuições da indústria química. Segundo ela, o Brasil possui a oitava maior indústria química do mundo, que representa 2,5% do PIB brasileiro. O setor é responsável por 5% das emissões totais de CO₂ no país.

— O Brasil não pode penalizar as indústrias. No caso das indústrias químicas, nós já reduzimos voluntariamente 29% das emissões de gases de efeito estufa de 2006 até 2015 — afirmou.

A ausência de leis apropriadas foi lembrada pelo especialista em direito ambiental Ludovino Lopes. Segundo ele, a legislação internacional não prevê os impactos das emissões do carbono e as consequentes ações jurídicas. Lopes disse que a Constituição brasileira é “avançada” por já incluir a noção de “serviços ecossistêmicos ou de bens”.

— Os nossos governos não podem fazer nada se não tiverem uma previsão legal para isso — disse.

Lindbergh Farias critica privatizações do governo

Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou o programa de privatizações do governo federal, manifestando-se contra a privatização da Eletrobras, já anunciada, e da Petrobras. Ele registrou os 64 anos da Petrobras e lembrou que, na época em que foi criada, a estatal sofreu “oposição violenta” da imprensa.

Para o senador, a venda da Eletrobras deve tirar a capacidade de planejamento energético do país e nenhuma empresa privada se preocuparia em manter os programas sociais que a estatal tornou possíveis.



Povo não conhece direitos básicos, aponta debate

Audiência pública da Comissão de Meio Ambiente discutiu ontem a gestão na área de saneamento e ações de revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

A DESCRENÇA GENERALIZADA da população na possibilidade de se mobilizar e cobrar dos governos a oferta de saneamento básico e o desconhecimento dos reais benefícios do saneamento foram apontados, em audiência ontem na Comissão de Meio Ambiente (CMA), como um desafio para capacitar a sociedade, de modo a aumentar a qualidade da sua participação na gestão do setor.

A constatação foi feita a partir de levantamento do Departamento de Engenharia Ambiental da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com o Ministério das Cidades, sobre o saneamento básico nas regiões integradas de desenvolvimento econômico, como explicou o professor Oscar de Moraes Cordeiro Netto.

— Temos um desafio de adotarmos políticas de capacitação e empoderamento da sociedade civil, visando



Vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente, Wellington Fagundes (2º à esq.) dirige debate sobre a participação social na garantia de direitos

qualificar a participação no processo de gestão do saneamento básico local.

Ele ressaltou que os responsáveis pelo levantamento se depararam com uma “grande dificuldade” de mobilização popular, considerada como um requisito para aumentar o acesso ao saneamento.

São Francisco

O tema da reunião da comissão foi a participação social na garantia de direitos na área de saneamento, assim

como ações de revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

O secretário de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente do Tribunal de Contas da União (TCU), Junnius Arifa, apresentou acordos no âmbito do tribunal sobre a revitalização do rio.

O TCU aponta ausência de coordenação entre o Ministério do Meio Ambiente e diversos atores sociais e governamentais, entre eles o próprio Comitê da Bacia Hidrográfica

do Rio São Francisco.

O rio também tem sofrido com a falta de planejamento a médio e longo prazos para a manutenção dos projetos de revitalização e sustentabilidade, e até mesmo com a ausência de diagnósticos por parte do próprio governo sobre essas ações, de acordo com a fiscalização do TCU.

O tribunal solicitou a instalação do comitê gestor do programa de revitalização, o incremento da fiscalização ambiental e políticas mais fo-

casadas na pequena agricultura. Arifa admitiu que o Ministério Público junto ao TCU apontou que as recomendações não estavam sendo cumpridas, o que motivou as ações de monitoramento.

Parte do quadro tem sido revertido, segundo ele, pela efetivação do comitê gestor no final do ano passado, mas Arifa deixou claro que o monitoramento só vai acabar após a definição de um estatuto pelo comitê, assim como de um plano de ação.

Regularização de terras enfrenta falta de dinheiro, afirma Incra

Para agilizar a titularização de terras na Amazônia, representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) defenderam a ampliação do orçamento e do quadro de pessoal do órgão.

Em debate promovido ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Rogério Papalardo Arantes, considerou o custo elevado dos trabalhos de georreferenciamento de propriedades rurais como um dos principais obstáculos para a regularização fundiária.

— Essa ação esbarra sobre-



Cassol (2º à esq.) conduz audiência na Comissão de Agricultura sobre regularização fundiária na Amazônia

maneira na questão orçamentária. Temos discutido com as bancadas dos estados que têm grandes áreas que o georreferenciamento é um grande limitador para a titularização.

Segundo Arantes, até o final deste mês serão entregues pelo Incra mais de mil novos títulos

em Rondônia. Até o final do ano, mais de 7 mil escrituras de terras.

O coordenador-geral substituto de Regularização Fundiária do Incra, Edioni Gomes da Costa, considerou fundamental a reestruturação do órgão para que os processos

de titularização avancem.

— O processo de regularização fundiária é oneroso. O georreferenciamento é caro. E, diante desse desafio, temos um Estado com escassez de recursos.

Segundo o superintendente interino da Subsecretaria Ex-

traordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, José Dumont Teixeira, o Programa Terra Legal já promoveu o georreferenciamento de mais de 160 mil propriedades rurais na região, com uma área equivalente a 70 milhões de hectares. Desde 2009, segundo ele, 29.798 títulos rurais e 451 urbanos foram entregues, beneficiando mais de 1 milhão de pessoas.

O presidente da CRA, Ivo Cassol (PP-RO), relatou as dificuldades de agricultores de Rondônia para obter financiamentos agrícolas no Banco do Brasil enfrentadas por em razão da falta de títulos de suas terras.

Vanessa destaca importância do Outubro Rosa

Em discurso, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), lembrou que ontem, a partir das 18h, o Congresso foi iluminado de rosa para estimular a sociedade a debater a importância da prevenção e controle do câncer de mama.

A ação faz parte do Outubro Rosa, que encontrou apoio junto à bancada feminina do Congresso, informou.

Segundo a senadora, o Ministério do Saúde sugere que se fale mais em controle do câncer de mama, pois as técnicas atuais dão melhores condições de cura e de convivência com a doença.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Lídice lamenta alto número de casos de tráfico humano

Lídice da Mata (PSB-BA) lamentou o alto número de denúncias de tráfico de pessoas no país, apesar do endurecimento das penas contra esse crime. Ela lembrou a sanção, há um ano, da lei que pune com mais rigor o crime de tráfico de pessoas.

A senadora informou que entre 488 casos registrados pelo serviço Ligue 180 entre 2014 e 2016, 317 vítimas eram mulheres. Entre as 257 denúncias de trabalho escravo, 123 envolveram mulheres. Crianças e adolescentes somaram 216 traficados de um total de 413 denúncias, informou.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Ângela critica texto sobre demissão de servidor público

Ângela Portela (PDT-RR) criticou ontem o projeto de lei que impõe sanções aos servidores públicos que não atingirem níveis mínimos de desempenho (PLS 116/2017 — Complementar). Para ela, a proposta, de Maria do Carmo Alves (DEM-SE) constitui risco por abrir caminho à demissão de servidores estáveis.

A senadora associou o projeto às reformas trabalhistas e da Previdência. Ela considerou que os defensores do Estado mínimo usam a busca da eficiência para executar políticas que negam a justiça social.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Humberto ressalta que Lula lidera em todos os cenários

Humberto Costa (PT-PE) comentou o resultado da pesquisa de intenção de votos para presidente da República, divulgada pelo Datafolha no último fim de semana, ressaltando que o ex-presidente Lula lidera em todos os cenários de primeiro e segundo turno.

— Uma eventual interdição de Lula não será uma interdição qualquer. Será a interdição do maior líder da oposição do país e do candidato que está a frente em todas as pesquisas. Como teria legitimidade uma disputa em que Lula fosse impedido de participar?



Waldemir Borretto/Agência Senado

Para Lopes, governo não sabe enfrentar bandos criminosos

O aumento da violência, especialmente no Rio, foi tema de pronunciamento de Eduardo Lopes (PRB-RJ). O senador afirmou que o governo precisa reconhecer que não consegue mais lidar com o patamar de organização que o crime alcançou.

— Presenciamos o sequestro da paz social pelo tráfico. Um gabinete de crise acabou sendo montado depois de a crise já estar instalada. Medidas paliativas para velhos problemas! E assim tocamos a política da segurança pública no estado do Rio de Janeiro. Decididamente, não dá mais!



Waldemir Borretto/Agência Senado